

DESAFIOS PSICOPEDAGÓGICOS NA ELABORAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS PARA MINIMIZAÇÃO DO BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR

Ivanete Lau da Silva Câmara¹
Marcello Sgarbi²

RESUMO

O presente artigo pretende contribuir para que se aprofunde a discussão sobre o bullying no contexto escolar, abrindo espaço não apenas para colocar em relevo os aspectos negativos do mesmo, mas, sobretudo, para que se criem políticas educacionais preventivas e consistentes para sua minimização. Tais políticas precisam agregar em seus pressupostos dois aspectos importantes: conscientização dos educadores quanto a sua responsabilidade no processo e a demonstração de que aspectos extracurriculares constituem-se numa variável significativa para favorecer ou inibir não apenas o processo ensino-aprendizagem, como também, a posterior inserção de forma saudável dos alunos na sociedade. As medidas preventivas para minimização do bullying no contexto escolar são justificáveis pedagogicamente, a partir da constatação de que o mesmo é um problema socio-educacional de grande gravidade, com prejuízos não apenas para a aprendizagem, mas à formação do aluno como cidadão e sua conseqüente inserção na sociedade.

Palavras-chave: Bullying, Contexto Escolar, Políticas Educacionais, Prevenção, Psicopedagogia.

ABSTRACT

This article aims to contribute in order to deep the discussion about bullying in the school context, making a way not only to put into relief the negative aspects of it, but, above all, in order to create consistent and preventive educational policies for their minimization. Such policies need to add, in their, assumptions, two important aspects: awareness among educators related to their responsibility in the process and demonstrating that extracurricular aspects constitute a significant variable to promote or inhibit not only the teaching-learning process, as well as the posterior insertion in a healthy way of the students in society. Preventive measures for minimizing bullying in the school context are pedagogically justifiable, from the observation that it is a socio-educational problem of great severity, with damages not only for learning but to the training of the students as a citizen and his consequent insertion into society.

Keywords: Bullying; School context; Educational Policies; Prevention; Psychopedagogy.

INTRODUÇÃO

¹ Psicóloga, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Psicóloga da Saúde do Município de Barra do Turvo, SP.

² Advogado, Especialista em Direito Tributário, Professor de Direito Processual Civil e Direito Empresarial nas Faculdades OPET, Mestrando em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

O entendimento de que a aprendizagem no contexto educacional não se resume apenas aos aspectos cognitivos, já é lugar comum na Psicopedagogia. A estrutura física da escola, seu programa pedagógico, pressupostos epistemológicos, compromissos sociais, cultura interna e externa, atores do espaço escolar, todos eles se entremeiam, interferem positiva ou negativamente na aprendizagem, essa, diga-se de passagem, entendida não apenas como aquisição teórica, assunção de conteúdos, mas, sobretudo, vista de uma perspectiva holística que desemboca na formação de um ser humano nos aspectos bio-psico-social³ apto a exercer seu papel de cidadão. Por outro lado, a Psicopedagogia tem sido alertada para um dado importante que vai além de identificar os possíveis sintomas, denúncias, queixas surgidas no ambiente educacional, pontuando uma revisão epistemológica ao verificar mais de perto que aquilo que é atribuído pelo senso comum a naturalidade, à normalidade,⁴ mesmo que questionável em seus fundamentos, deve ser, na verdade, intuído como um problema sério e com profundas implicações para o processo educacional, conseqüentemente, para a sociedade que se constrói a partir do mesmo. Esse é o caso do Bullying, expressão inglesa usada para identificar pessoas vitimas de violência psíquica ou física perpetradas por pessoas difíceis, bullies.

Embora o termo bullying não seja um termo referente nos diversos estudos e pesquisas no Brasil em relação aos vários tipos de violência no ambiente escolar, a compreensão de que esse é um problema de grandes proporções nas escolas de todo mundo, com uma necessidade urgente de enfrentamento, já é uma das principais preocupações educacionais da atualidade. Percepção que parece ser consensual entre os diversos pesquisadores da relação entre violência e Educação (Silva Barbosa, 2010). Nessa perspectiva, a violência nas escolas: “não se refere apenas à questão da agressão física, apesar desta também estar presente, mas a todas as formas de preconceito e exclusão: psicológicas, sociais, culturais, raciais, afetivas” (Eyng, 2008: p.88).

Reconhecer o problema não significa saber lidar com ele: “os professores sentem que seu preparo para lidar com as situações de violência é insuficiente e não existem ainda programas contínuos que tratam desta temática no cotidiano dos professores,” (Eyng, 2008: p.91). Portanto, é significativo que no âmbito de uma especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, à luz do contexto explicitado, se proponha a perceber na literatura os desafios para a elaboração de medidas preventivas para minimização da prática de bullying no contexto escolar.

1. BULLYING: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Provavelmente a expressão inglesa bullying tenha ganhado espaço como conceito para referencia a violência, sobretudo na escola, com os estudos divulgados pelo pesquisador e professor norueguês sobre a prática e sofrimento de violência física e psíquica no contexto escolar. As pesquisas de Olweus foram

³ Alguns pensadores incluem a dimensão espiritual, não necessariamente religiosa, (MOUNIER, 2004; MARITAIN, 1942).

⁴ Não é incomum ouvir pais responderem a queixas de apelidos ou situações de coerção psicológica, citando exemplos pessoais de superação ao atingir a vida adulta, deixando implícita a noção de que isso é coisa de determinada idade, cuja cura vem normalmente, com o tempo. Segundo SILVA BARBOSA (2010, p.13) essa situação começou a mudar na década de 80 a partir dos resultados de pesquisas sobre a mente humana

fundamentais para embasar uma ação do Ministério da Educação da Noruega em 1983 para combater de forma efetiva o bullying escolar. Olweus (1978); Silva Barbosa (2010, p. 111, 112).

Dan Olweus, pesquisador norueguês da Universidade de Berger, reuniu aproximadamente 84 mil estudantes, quase quatrocentos professores e cerca de mil pais de alunos. Todas as séries foram observadas. Seu objetivo principal foi avaliar as taxas de ocorrência e as formas pelas quais o bullying se apresentava na vida escolar das crianças e dos adolescentes da Noruega. Além de despertar não apenas o Governo e comunidade Noruegueses, os estudos de Olweus (1978) deram origem a um profundo programa de intervenção antibullying, que teve como tônica os seguintes objetivos: a) aumentar a conscientização sobre o problema para desfazer mitos e idéias erradas sobre o mesmo e, b) Promover apoio e proteção às vítimas contra esse tipo de violência escolar.

Dentre os diversos dados de sua pesquisa, uma chamou bastante atenção: a constatação de que um em cada sete alunos encontrava-se envolvido em casos de bullying, tanto no papel de vítima como no de agressor. Olweus acompanhou um grupo de adolescentes autores de bullying, entre 12 e 16 anos, ao longo de mais de uma década (estudo longitudinal). Ele, também, concluiu que 60% dos adolescentes agressores haviam sido penalizados com pelo menos uma condenação legal antes de completarem 24 anos de idade. Além disso, suas pesquisas apontaram que as crianças e os adolescentes autores de bullying tendem de fato a adotar comportamentos antissociais nos primeiros anos da vida escolar. A ausência de um modelo educativo que associe autorrealização pessoal com atitudes socialmente produtivas e solidárias faz com que os agressores se sintam gratificados somente com atitudes egoístas e maldosas, que lhes conferem notoriedade e autoridade sobre os demais alunos. Olweus (1978); Silva Barbosa (2010, p.162).

As causas do bullying são multifacetadas e com várias representações, segundo Silva Barbosa (2010, p.139) estas se mostram na: “falta de estruturação escolar, pertença grupal, educação familiar, valores e personalidade”. Segundo Bittencourt & outros (2009, p.237):

A violência entre escolares é um problema mundial de grande relevância para a saúde coletiva e do escolar, representando uma questão crítica e desafiadora. O impacto da violência sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente pode provocar danos, inclusive em termos de habilidades cognitivas, respostas emocionais e neuroendócrinas, além de interferir nas atividades cotidianas, desempenho escolar, motivação para o lazer e, muitas vezes obrigando-os a adaptações bruscas e repentinas.

Olweus (1978) Silva Barbosa (2010); Bittencourt & outros (2009, p.237); Middleton-Moz (2007); Ortega & Outros (2001) o *Bullying* compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotada por um ou mais estudante contra outros, causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder, podendo ser observado em qualquer local onde haja convivência de pessoas em iguais condições. Segundo tais pesquisadores, é fundamental que, para ser classificado como bullying, o comportamento agressivo apresente natureza repetitiva e ocorra em um contexto de desequilíbrio de poder. Para Olweus (1978), as ações são qualificadas como repetitivas quando os ataques são desferidos contra a mesma vítima, pelo menos duas ou mais vezes ao longo de um mesmo ano letivo.

Para Silva Barbosa (2010, p.23,24) Os comportamentos desrespeitosos dos bullies costumam vir “em bando” Essa versatilidade de atitudes maldosas contribui não somente para a exclusão social da vítima, como também para muitos casos de evasão escolar, e pode se expressar de forma verbal (Insultar, ofender, xingar, fazer gozações, colocar apelidos pejorativos, fazer piadas ofensivas; física e material (Bater, chutar, espancar, empurrar, ferir, beliscar, roubar, furtar ou destruir os pertences da vítima, atirar objetos contra as vítimas); psicológica e moral (Irritar, humilhar e ridicularizar, excluir, isolar, ignorar, desprezar ou fazer pouco caso, discriminar, aterrorizar e ameaçar, chantagear e intimidar, tyrannizar, dominar, perseguir, difamar, fazer intrigas, fofocas), sexual (Abusar, violentar, assediar, insinuar).

Os estudos de Olweus (1978) Silva Barbosa (2010); Bittencourt & outros (2009); Middelton-Moz (2007); Ortega & Outros (2001) destacam também que os bullies escolhem um aluno-alvo que se encontra em franca desigualdade de poder, apresentando, de forma geral, uma baixa autoestima. O que estes pesquisadores estão demonstrando é que a prática de bullying não só agrava o problema preexistente, como também, pode abrir quadros graves de transtornos psíquicos e/ou comportamentais que, muitas vezes, trazem prejuízos irreversíveis (Sintomas psicossomáticos, fobia escolar, fobia social, transtorno de ansiedade generalizada, depressão, anorexia e bulimia, transtorno obsessivo compulsivo, Transtorno do estresse pós-traumático). Segundo Silva Barbosa (2010, p.25-32), O bullying, além de ser uma prática inaceitável nas relações interpessoais, pode levar a quadros clínicos que exijam cuidados médicos e psicológicos para que sejam superados. Muitas vezes, diante da violência e distorções cognitivas que essa acarreta, os alunos, adolescentes ou crianças, não encontrando estratégias eficazes para lidar com esse processo, optam por estratégias

As pesquisas sobre o bullying, Silva Barbosa (2010), Albino & Terêncio (2009), Bittencourt & outros (2009) apontam para o crescimento do problema: estima-se que de 5% a 35% das crianças em idade escolar estejam envolvidas em condutas agressivas no ambiente educacional. Neste quadro estatístico, incluem-se tanto os jovens vítimas de violência quanto os próprios agressores, negativas como o revide ou fuga da escola. Esses pesquisadores também fazem referências sobre as duas mais abrangentes pesquisas sobre bullying realizadas no Brasil nos últimos anos.

A primeira pesquisa foi realizada pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Juventude, a ABRAPIA. A pesquisa, que envolveu 5.875 estudantes de 5ª a 8ª séries de onze escolas cariocas, revelou que 40,5% desses alunos admitiram ter estado diretamente envolvidos em atos de bullying, naquele período, sendo 16,9% vítimas (ou alvos), 10,9% alvos/autores (ou “bully/vítimas”) e 12,7% agressores (ou autores de bullying). A segunda pesquisa foi realizada pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas em convênio com o INEP, Instituição Nacional de estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, Instituição ligada ao Ministério da educação: A pesquisa abrangeu 18.599 respondentes em 501 escolas de 27 Estados, incluindo estudantes, professores, diretores, demais profissionais de educação e pais ou responsáveis. Os resultados indicam que o preconceito e a discriminação latentes nas escolas resultam muitas vezes em situações em que pessoas são humilhadas, agredidas ou acusadas de forma injusta – simplesmente pelo fato de fazerem parte de algum grupo social específico. Ainda segundo a pesquisa (FIPE/INEP, 2009), as práticas discriminatórias no ambiente escolar (*bullying*) têm como principais vítimas os alunos, porém atingem também

professores e funcionários. Entre alunos, os respondentes declaram conhecer mais práticas discriminatórias motivadas pelo fato de serem as vítimas negras (19%), em seguida por serem pobres (18,2%) e, em terceiro lugar, por serem homossexuais (17,4%). Já entre professores, as principais vítimas de tais situações são os mais velhos (8,9%), os homossexuais (8,1%) e as mulheres (8%).

Olweus (1978) Silva Barbosa (2010); Bittencourt & outros (2009); Middleton-Moz (2007); Ortega & Outros (2001) enfatizam o fato de que o bullying ocorre em todas as escolas, independentemente de sua tradição, localização ou poder aquisitivo dos alunos, variando apenas os índices encontrados em cada realidade escolar. Por outro lado, é importante observar, apontam os diversos pesquisadores, que todos os atores do espaço escolar, podem sofrer ou impingir o bullying.

Silva Barbosa (2010, p.147, 148) observa que tanto professores, como também, alunos podem estar envolvidos nessa prática tão cruel:

Infelizmente muitos professores são humilhados, ameaçados, perseguidos e até ridicularizados por seus alunos. A maioria deles não sabe como agir frente a essas desagradáveis situações que ocorrem em seu ambiente de trabalho. Se eles sofrem bullying por parte dos alunos, temem procurar a direção escolar e ser mal interpretados por seus superiores e, até mesmo, rotulados de incompetentes no trato com os estudantes. É comum encontrar professores adoecidos, com sintomas psicossomáticos (como dor de cabeça, diarreia, vômitos, sudorese, taquicardia, tonturas, insônia), diante da possibilidade de se defrontarem com seus agressores, seja em sala de aula, seja em reuniões com os demais profissionais da escola. Muitos alunos são intimidados, coagidos, humilhados e até mesmo perseguidos por professores. Os alunos vitimados por quem deveria educá-los e até protegê-los apresentam quadros depressivos caracterizados por sentimentos negativos, autoestima rebaixada, sensação de impotência, desmotivação para os estudos e queda no rendimento escolar.

Uma vez que esse aspecto da violência tem, no espaço escolar seu lugar privilegiado – não único, de exposição, e envolve todos os atores do mesmo, sendo vítimas, agressores ou mesmo, espectadores, desembocando também em outras esferas da sociedade, seu possível enfrentamento deve integrar a comunidade escolar, seu entorno e o poder público.

2. RESPONSABILIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO

Segundo, Eyng (2008); Fante & Pedra (2008); Middleton-Moz (2007); Shapiro (2008); Silva (2010); Silva Barbosa (2010) a minimização da prática do bullying no contexto escolar precisa envolver necessariamente todos os atores desse espaço: diretores, professores, alunos, pais e poder público. Fundamental pela constatação de que não apenas aqueles que estão submetidos diretamente à prática de bullying sofrem com seus efeitos, na verdade, o próprio fato de conviver ou presenciar com bullying, pode ocasionar problemas de aprendizagem, insegurança, prejuízo da saúde física ou emocional. Ou seja, todos no espaço escolar e em sua rede de influências são afetados pela prática do bullying (Bittencourt & Outros: 2009, p.237, 244):

No âmbito escolar, a discriminação pode envolver professores, funcionários, familiares e alunos, sendo qualquer um desses o agente discriminador. Quando ocorre entre alunos, o jovem discriminado não é a única vítima, o agressor também é, habitualmente, alguém com problemas de insegurança e de relacionamento social. Além do agressor e da vítima, existem os

expectadores dessa situação que se calam por medo de se transformarem na próxima vítima e que, por isso, tornam-se por vezes também agressores. (...) A escola é local privilegiado para a prevenção da discriminação e de outras formas de violência, visando à redução de danos e seqüelas que podem ser percebidas por toda vida. Para tanto, é necessário que o estado proponha políticas públicas saudáveis, capazes de desencadear a reflexão crítica sobre a qualidade das relações no cotidiano escolar, envolvendo direção, funcionários, professores, alunos e comunidade.

Silva Barbosa (2010, p.57,64) É fundamental a compreensão da complexidade que toda ação educativa exige, sendo influenciada não apenas pelos comportamentos individuais de quem a exerce, em especial, os pais e os professores. Os aspectos culturais e sociais também atuam profundamente no processo educativo e sobre a base biopsicológica de cada indivíduo. Portanto, as instituições educacionais, bem como a Sociedade como todo, se vêem obrigadas a lidar com fenômenos como o bullying, problema com dimensões extremamente graves, expondo não somente a intolerância às diferenças, como também, os mais diversos preconceitos nas relações interpessoais.

Silva Barbosa (2010, p.81) Vítimas de bullying possuem uma personalidade extremamente afetiva, repleta de sensibilidade, empatia e senso moral em relação aos demais. No aspecto cognitivo, costumam apresentar níveis elevados de inteligência, que podem estar associados ou não a um bom desempenho escolar. Quando um jovem com essa personalidade sofre bullying e não recebe o apoio familiar, escolar ou o incentivo para desenvolver os seus talentos numa ação conjunta para salvaguardar a sua autoestima e despertar o seu poder de resiliência, dificilmente conseguirá acionar mecanismos de defesa positivos que o levem à superação dos obstáculos. Nesses casos, a probabilidade de que ele adoça é enorme. A internalização dos sentimentos negativos gerados pela rejeição explícita da prática cruel do bullying se manifestará em forma de adoecimentos psíquicos.

É fundamental, portanto, que pais e professores não esqueçam que os diversos grupos sociais, presentes na escola e em seu entorno, podem influenciar, de forma positiva ou negativa, toda a estrutura emocional das crianças e adolescentes. Por essa razão, aprender o “funcionamento” desses grupos de indivíduos: como pensam, que linguagem utilizam, que roupas vestem, que músicas ouvem e que ideologias fazem suas cabeças, é caminho fundamental para uma intervenção nesse complexo mecanismo de violência e vitimização.

Os estudos de Eynng (2008); Fante & Pedra (2008); Middelton-Moz (2007); Shapiro (2008); Silva (2010); Silva Barbosa (2010) apontam para a necessidade de que medidas preventivas não surgirão sem o engajamento de todos aqueles envolvidos, como agressores, vítimas ou espectadores do bullying. Sendo, portanto, fundamental despertar e exigir das autoridades a criação de políticas capazes de prevenir o bullying e/ou minimizar os seus efeitos nos indivíduos e na Sociedade como um todo.

3. MEDIDAS PREVENTIVAS: Diagnóstico, Ações Pedagógicas e Multidisciplinares.

Olweus (1978), Silva Barbosa (2010), diz que pais e professores devem estar atentos a vários aspectos comportamentais das crianças e adolescentes, considerando os possíveis papéis que cada um deles pode desempenhar em uma situação de bullying escolar. Identificar os alunos que são vítimas, agressores ou

espectadores é de suma importância para que escolas e as famílias dos envolvidos possam elaborar estratégias e traçar ações efetivas contra bullying. Silva Barbosa (2010, p.152), por exemplo, aponta que a vítima de um trote maldoso, pode deixar de fazer perguntas aos professores, de manifestar suas opiniões e de agir de forma descontraída e natural nas dependências da escola.

As ferramentas que os adultos devem utilizar para intervir, evitando as conseqüências mais dramáticas nessa difícil fase de transição para a vida adulta, são: o estímulo ao diálogo, a escuta atenta e empática, a construção de vínculos afetivos fortes, o desenvolvimento de uma reflexão crítica, o incentivo à participação familiar e escolar, a orientação para a responsabilização por si mesmos e pelos outros, a criação e a implementação de regras e o estabelecimento precoce (desde os primeiros anos de vida) de limites bem definidos, Silva Barbosa (2010, p.69).

É comum nos estudos sobre o fenômeno da violência na escola, Eyng (2008); Fante & Pedra (2008); Middleton-Moz (2007); Shapiro (2008); Silva (2010); Silva Barbosa (2010), o alerta sobre a interferência drástica que o bullying pode produzir no processo de aprendizagem e de socialização dos alunos, sejam eles crianças ou adolescentes. O alerta é ainda maior pela constatação de que, algumas vítimas, mesmo após a interrupção do bullying, poderão ter conseqüências duradouras ao longo de sua vida, em decorrência das experiências traumáticas difíceis de serem removidas da memória. Silva Barbosa (2010), Olweus (1978) apontam que, em casos mais graves, quando a violência é intensa e contínua, a vítima pode chegar a cometer suicídio ou praticar atos desesperados de heteroagressão e autoagressão (homicídio, seguido de suicídio). O diagnóstico do bullying deve ser feito o mais precocemente possível em cada realidade escolar.

Por outro lado, apontam Antunes & Zuin (2008); Silva Barbosa (2010); Olweus (1978) O conceito de *bullying*, tal como utilizado na maioria dos estudos baseados tão-somente em dados estatísticos e no diagnóstico de sua ocorrência, pode representar uma tipologia da violência tendente a ignorar os problemas sociais que a geram. Dessa maneira, a problematização mirando apenas os sintomas segue numa direção equivocada, quando deveria considerar todas as causas, como sugerem: “As influências familiares, de colegas, da escola e da comunidade, as relações de desigualdade e de poder, a relação negativa com os pais e o clima emocional frio em casa parecem considerados naturais e apartados das contradições culturais que os produziram. É preciso, portanto, verificar de que maneira se estruturam as diversas medidas preventivas. Possivelmente, boa parte da efetiva implementação de tais medidas com um sucesso razoável se concentrem não nos programas oferecidos, mas, fundamentalmente, em seus pressupostos, Antunes & Zuin (2008, p.36).

Os programas de intervenções preventivas em relação ao bullying estão organizados em três dimensões principais: individual, curricular e integral. As intervenções individuais, de fundo cognitivo-comportamental, são articuladas em torno do aprendizado de habilidades sociais. As intervenções curriculares, que tem obtido crescente êxito, são concebidas no viés atitudinal, onde o aprendizado visa inibir o bullying em sala de aula com recursos audiovisuais, dinâmicas de grupo, aprendizado de valores e habilidades sociais, também, com viés cognitivo-comportamental, através de ações assertivas e atitudes proativas em relação aos bullies. As intervenções integrais, de caráter multidisciplinar têm o foco nos atores do espaço escolar: professores, alunos, diretores, inspetores, pais e comunidade, Olweus (1978) Silva Barbosa (2010); Bittencourt & Outros (2009); Middleton-Moz (2007); Ortega & Outros (2001). Para Trautmann (2008), os programas que tem

obtido relativo sucesso parecem indicar na direção de que as ações preventivas precisam integrar todos os atores do espaço escolar, não se circunscrevendo apenas a relação de sala aula.

Nesse sentido, Albino & Terêncio enfatizam (2009, p.192) as recomendações da UNESCO para tentar reverter o quadro de violência escolar no Brasil, compondo assim um quadro de envolvimento de Sociedade, Escola e Poder Público:

As reflexões promovidas pela UNESCO sobre o tema da violência escolar no Brasil apontam recomendações compatíveis com as propostas de intervenção integral, tais como: pensar em uma política pública global que abranja as várias áreas envolvidas nas questões referentes à educação, à qualidade de ensino, à convivência e às violências nas escolas; realizar diagnósticos locais sobre a situação de cada escola e de seu cotidiano; propor novas regras de convivência escolar; romper com a lei do silêncio (“política de avestruz”) que se constrói em torno da violência; discutir com alunos e corpo técnico-pedagógico sobre os conflitos e violências; adotar medidas para a efetiva democratização do ambiente escolar, possibilitando a participação dos alunos, inclusive, na elaboração das regras e normas escolares (atitude que facilita a adesão espontânea ao regimento escolar e evita os atos de indisciplina e infrações); integrar os pais e a comunidade no cotidiano escolar e adotar programas de mediação de conflitos nas escolas.

Silva Barbosa (2010) insiste em que um projeto educativo gerador de tais transformações deverá seguir paradigmas simples e comuns, que sejam capazes de revelar o valor da paz e da tolerância, bem como do respeito ao outro e, sobretudo, à vida em suas diversas manifestações. As escolas precisam, inicialmente, reconhecer a existência do bullying (em suas diversas formas) e tomar consciência dos prejuízos que ele pode trazer para o desenvolvimento socioeducacional e para a estruturação da personalidade de seus estudantes. As escolas precisam capacitar seus profissionais para a identificação, o diagnóstico, a intervenção e o encaminhamento adequado de todos os casos ocorridos em suas dependências. É preciso dar destaque à escola como um ambiente no qual as relações interpessoais são fundamentais para o crescimento dos jovens, contribuindo para educá-los para a vida adulta por meio de estímulos que ultrapassam as avaliações acadêmicas tradicionais (testes e provas). Para que haja um amadurecimento adequado, os jovens necessitam que profundas transformações ocorram no ambiente escolar e familiar. Essas mudanças devem redefinir papéis, funções e expectativas de todas as partes envolvidas no contexto educacional.

Segundo Silva Barbosa (2010), as escolas mais sensíveis e atentas às mudanças globais de nosso tempo já estão procurando iniciar processos de inovação e de reforma que poderão dar conta dos novos desafios. É necessário modificar não somente a organização escolar, os conteúdos programáticos, os métodos de ensino e estudo, mas, sobretudo, a mentalidade da educação formal. De maneira prática e objetiva, a escola deve procurar meios para se informar sobre as formas que possibilitem saber quais são as experiências e os sentimentos que seus alunos possuem em relação ao bullying. Por isso, para evitar equívocos na avaliação e no encaminhamento dos casos de violência é importante considerar alguns critérios essenciais para efetuar o diagnóstico de bullying: a) A vítima tem que ser alvo dos ataques de maneira repetitiva durante um determinado período de tempo; b) Os ataques não têm qualquer motivação que possam justificá-los; c) Sempre existe um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima, o que impede a defesa

desta e a faz mobilizar uma série de sentimentos desagradáveis em torno da situação.

Um importante passo na elaboração de estratégias de avaliação, diagnóstico e intervenção foi demonstrado na pesquisa de Henningsen (2009). Ele representou através de um gráfico o campo de investigação para detectar o bullying a partir de itens do questionário Modelo TMR (Training and Mobility of Researchers), baseado no modelo de Olweus (Ortega & Outros, 2001).

O primeiro nível contém variáveis básicas referentes a todas as crianças, enquanto o segundo nível representa possíveis eventos adversos na infância. Os efeitos em longo prazo são colocados no último nível. O diagrama representa um sistema temporal e foi construído levando em conta pesquisas com vítimas de bullying:

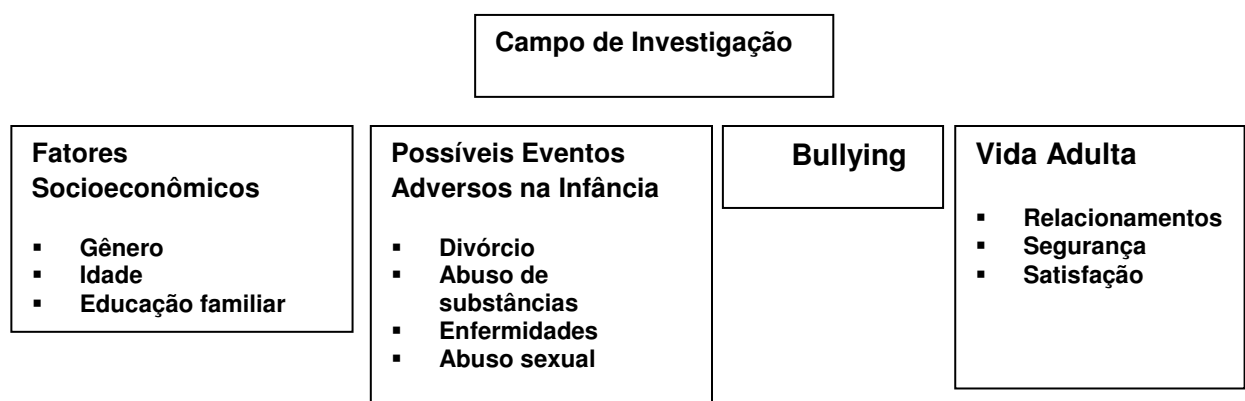


Figura 1: Diagrama do Campo de Investigação de Bullying, traduzido de HENNINGSEN (2009).

Henningsen (2009) se baseia no pressuposto de que o enfrentamento do bullying deve partir da consideração de que ele é causado pela interação de várias forças. Para ele, os acontecimentos da infância podem influenciar os locais onde bullying pode ou não ocorrer. Segundo Silva Barbosa (2010, p.167), na maioria dos casos, o atendimento individualizado dos alunos envolvidos no bullying e as devidas orientações sobre as implicações legais desse comportamento agressivo e transgressor são intervenções suficientes e eficazes para cessar a ação dos bullies.

Além disso, é importante que pais, professores e profissionais da educação conheçam a legislação que rege o estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, insistem Olweus (1978) Silva Barbosa (2010); Bittencourt & Outros (2009); Middleton-Moz (2007); Ortega & Outros (2001) em que as instituições têm o dever de conduzir o tema a uma discussão ampla, que mobilize toda a sua comunidade (e seu entorno), para que estratégias preventivas e imediatas sejam traçadas e executadas com o claro propósito de enfrentar a situação. Para tanto é preciso também contar com a colaboração de consultores externos, especializados no tema e habituados a lidar com a questão. Entre eles, incluem-se profissionais de diversas áreas, como pediatras, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, além de parcerias com instituições públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o bullying seja um problema com extensões globais, vertentes variadas, seu enfrentamento, numa perspectiva pedagógica, não pode prescindir das relações culturais locais. No caso do Brasil não pode ser dissociado do contexto social marcado por um crescimento da violência como mal e como ideologia, cada vez mais presente, sobretudo, no contexto educacional. Nesse caso, o bullying é apenas uma das muitas faces da violência no Brasil.

Por outro lado, um aspecto que precisa ser considerado do ponto de vista pedagógico, é que o bullying não pode ser enfrentado numa perspectiva de autoajuda,⁵ o bullying é um problema também pedagógico, senão programático, com certeza, epistemológico. Seu enfrentamento precisa ser pedagógico. Nesse sentido, uma reflexão e pesquisas mais freqüentes de educadores, numa vertente multidisciplinar é necessária e urgente.

Na literatura consultada e referenciada no presente artigo o bullying precisa ser encarado como fruto de uma complexa relação de fatores e, pedagogicamente necessita ser visto dentro de suas variadas conexões. Seu enfrentamento precisa ser contitudinal, envolvendo um conteúdo programático elaborado numa perspectiva holística e, conseqüentemente, atitudinal – alunos capacitados para exercerem uma cidadania plena e integral. Um acordo entre os diversos pesquisadores sugere que a prevenção, identificação precoce e organizada, ainda é o melhor caminho. Do ponto de vista do diagnóstico as ferramentas são ainda escassas, boa parte dependente de Olweus (1978) ou de adaptações suas Ortega & Outros (2001).

Outra questão importante diz respeito à quase inexistência de políticas públicas mais consistentes que envolvam a relação sociedade/educação, sobretudo, quando o foco é bullying e violência nas escolas. A temática não é desconhecida, no entanto, não recebe o incentivo didático pedagógico⁶ de outros temas relevantes para nossa sociedade, como por exemplo, inclusão, africanidades e/ou ensino religioso. De qualquer maneira, a discussão do problema no meio educacional é cada vez mais rica, e espera-se, que no âmbito de intervenção da Psicopedagogia, contribuições significativas para minimização do bullying possam surgir.

⁵ Boa parte do material disponível sobre bullying se restringe a sites com regras e conselhos rápidos para evitá-lo, minorá-lo, etc. Uma consulta à internet deixará isso bem claro.

⁶ O programa para ensino da cultura afro nas Escolas realizado pelo Ministério da Educação em convênio com várias organizações é excelente e de uma qualidade muito grande.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, P.L.; TERÊNCIO, M.G. “Considerações críticas sobre o fenômeno *bullying*: do conceito ao combate e à prevenção”. In: **Atuação** – Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense v. 6, n. 15, jul./dez. 2009 – Florianópolis – p. 169 a 195.
- ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. **Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação**. Psicol. Soc. [online]. 2008, vol.20, n.1, pp. 33-41.
- BALLONE, G.J. **Maldade da Infância e Adolescência: Bullying**. Disponível em <<http://www.psiqweb.med.br>>, último acesso em 20 de setembro de 2010;
- BERNADINI, C.H. **Representações sociais de bullying por professores**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estácio de Sá (RJ), 2008.
- BITTENCOURT, Alex Avelino et al. **Sentimento de discriminação em estudantes: prevalência e fatores associados**. Rev. Saúde Pública [online]. 2009, vol.43, n.2, pp. 236-245.
- COSTANTINI, Alessandro. **Bullying: como combatê-lo**. São Paulo: Itália Nova, 2004;
- EYNG, A. M. “O observatório de violências nas escolas - PUCPR: uma proposta de pesquisa e intervenção” In: **Medidas Socioeducativas em meio aberto**, Revista Igualdade Livro 42, Ano XIV, nº XLII, edição especial. Ministério Público do Estado do Paraná: 2008, p.71-98.
- FANTE, Cléo; PEDRA, José Augusto. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- HENNINGSEN, I. **Bullying, childhood events and consequences for later life**. Research Presented at AARE 2009, Canberra, Austrália. Disponível em: <www.aare.edu.au/09pap/hen091383.pdf> Último acesso em 10 de setembro de 2010.
- ITANI, Alice. **A violência no imaginário dos agentes educativos**. Cad. CEDES [online]. 1998, vol.19, n.47, pp. 36-50.
- MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral**. Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.
- MIDDELTON-MOZ. **Bullying: estratégias de sobrevivência para crianças e adultos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MOUNIER, Emmanuel. **O Personalismo**. São Paulo: Centauro, 2004.
- NETO, A. L. **Bullying: comportamento agressivo entre os jovens**. Rio de Janeiro: Jornal de Pediatria - Vol. 81, n.º5 (Supl), p. 164-172, 2005.
- OLWEUS, D. **Aggression in the Schools: Bullies and Whipping Boys**. Washington: Hemisphere Pub. Corp.; New York: Halsted Press, 1978.

ORTEGA, R.; MORA-MERCHÁN, J.A; SINGER, M.; SMITH, P.K.; PEREIRA, B.; MENESINI, E. (2001) **Final Report of the Working Group on General Survey Questionnaires and Nomination Methods Concerning Bullying**. Disponível em <http://old.gold.ac.uk/tmr/reports/aim2_seville1.html>Último acesso em 10 de setembro de 2010.

SHAPIRO, Ronald M. **Bullies, tiranos, valentões e pessoas difíceis: como conviver com eles**. São Paulo: Butterfly Editora, 2008.

SILVA, Celeste Moura Lins. **Bullying e depressão no contexto escolar: um estudo psicossociológico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SILVA BARBOSA, Ana Beatriz. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TRAUTMANN, Alberto. "Maltrato entre pares o 'bullying'. Uma visión actual". In: **Revista Chilena de Pediatría**, 79 (1), 13-20, 2008.